

Governadores apoiam verbas para educação

por Sandra Nascimento
de Brasília

As linhas gerais do projeto do governo que pretende obrigar estados e municípios a aplicarem no ensino de primeiro grau 15% de toda a verba destinada à educação foram bem recebidas por praticamente todos os governadores, que participaram de uma reunião com o presidente Fernando Henrique Cardoso, no sábado, na Granja do Torto, em Brasília. Compareceram, inclusive, os representantes de oposição, como o governador do DF, o petista Cristóvam Buarque, autor da idéia do debate.

O governo pretende apresentar o projeto, pronto e acabado, em 15 de outubro, dia do professor, como informou o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, também presente à reunião. "Município não tem que ter universidade, tem que ter escola primária", defendeu Souza, lembrando, ainda, que a determinação constitucional de emprego 25% do ICMS em educação não vem sendo cumprida.

"Eu acho a proposta perfeita, com alguns senões", disse o governador do Ceará, o tucano Tasso Jereissatti, sem especificar os "senões". O governador da Bahia, o pefelista Paulo Souto, também foi cauteloso: "A idéia tem aspectos interessantes, mas tem que ser estudada com mais cuidado. É preciso ver as fontes de re-



Paulo Renato de Souza

ursos, porque tem recursos da educação aplicados em outras finalidades". "É uma proposta muito inteligente, mas não dou meu apoio integral. Não se dá apoio integral para nada", disse o governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto.

Na "Declaração do Torto", elaborada ao final do encontro, todos os participantes se comprometem a ampliar os recursos destinados ao ensino fundamental, redistribuir as verbas e qualificar melhor os professores. Em contrapartida, foi firmado o compromisso, por parte da União, de complementar os recursos disponíveis naqueles estados nos quais o investimento de R\$ 300,00 por aluno/ano não seja atingido.

A intenção do governo é vincular 60% do total destinado à educação ao ensino básico, o que deverá chegar a R\$ 12 bilhões. Esse total seria composto de

ICMS, Fundo de Participação dos Estados e Fundo de Participação dos Municípios e outros impostos regionais, Fundo Social para a Educação (FSE), além de R\$ 871 milhões de verbas da União. Para gerir esse dinheiro deverão ser criados fundos estaduais, que destinarão 50% do total arrecadado para os salários dos professores.

A revogada de governadores de todos os partidos a Brasília gerou a oportunidade de diferentes reuniões políticas no final de semana. Já na sexta-feira, Fernando Henrique ofereceu jantar para os principais governadores tucanos: Mário Covas (SP), Marcello Alencar (RJ), Eduardo Azeredo (MG) e Tasso Jereissatti (CE). Em pauta, entre outros, as querelas entre o PSDB e o PFL. Em geral, eles reafirmaram a defesa de uma privatização "criteriosa" e defenderam a necessidade da reforma administrativa.

Os governadores do PMDB tiveram encontro à parte, na tarde de sábado. Às vésperas de uma convenção nacional e sem acordo entre as várias correntes, eles vêm atuando em conjunto para evitar o racha definitivo. A Executiva Nacional reúne-se amanhã, em Brasília. O mais provável é que a sucessão interna seja adiada, ainda na busca de um nome de consenso para presidir o maior partido do país.